



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Protocolado nº 053.035/15

Ementa:

- 1) Ação direta de inconstitucionalidade. Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, que "*Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo*".
- 2) Ausência de participação popular. Revela-se inconstitucional a ausência de participação comunitária no estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento de políticas ambientais, pois tal mandamento deve ser considerado em conjunto com os dispositivos relativos ao ordenamento urbano, segundo preconiza a Constituição Estadual na interpretação conjunta dos arts. 180, II, e 191.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- 3) Ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso ambiental. Ao suplementar a legislação federal cabe aos Estados e ao Distrito Federal conferir uma maior proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, não podendo o ente estadual arrefecer a normativa federal, pois assim procedendo estará atentando contra o princípio constitucional da vedação ao retrocesso sócio ambiental, bem como ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, insculpido no art. 191 da Constituição Estadual.
- 4) Lei estadual que, a pretexto de regulamentar lei federal, invade a esfera normativa da União em matéria ambiental. Ofensa ao artigo 1º da CE/89 (artigo 24, VI, §§ 1º e 2º, da CF).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no exercício da atribuição prevista no art. 116, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, e em conformidade com o disposto no art. 125, § 2º, e no art. 129, inciso IV, da Constituição da República, e ainda no art. 74, inciso VI, e no art. 90, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo, com amparo nas informações colhidas no incluso protocolado (PGJ nº 053.035/15), vem perante esse Egrégio Tribunal de Justiça promover a presente **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** em face da Lei Estadual nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

15.684, de 14 de janeiro de 2015, pelos fundamentos expostos a seguir:

1. DO ATO NORMATIVO IMPUGNADO

O protocolado que instrui esta inicial de ação direta de inconstitucionalidade foi instaurado para apurar eventual inconstitucionalidade dos artigos 9º, § 1º, 12, §§ 1º, 2º, 3º, 8º, 17, "caput" e § 2º, 27, § 1º, 35, § 1º, e 40, parágrafo único, da Lei Estadual nº 15.684/15, pois, em síntese, teriam violado o princípio da vedação do retrocesso ambiental, bem como invadido a esfera de competência legislativa da União (fls. 02/42).

A Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, que "*Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo*", tem a seguinte redação:

"CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º - Esta lei regula, nos termos dos artigos 23, III, VI e VII, e 24 da Constituição Federal, o detalhamento de caráter específico e suplementar do Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispondo ainda sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

de dezembro de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo.

Seção I

Do Cadastro Ambiental Rural - CAR

Artigo 2º - O Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo - SICAR-SP é adotado como instrumento da política estadual de meio ambiente.

§ 1º - A inscrição da propriedade ou posse rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR, criado por força da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, indicado no site da Secretaria do Meio Ambiente e integrado com o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, ficando no Estado de São Paulo denominado SICAR-SP, o qual, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural:

- 1 - identificação do proprietário ou possuidor rural;
- 2 - comprovação da propriedade ou posse;
- 3 - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel rural, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um advogado ou representante legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§ 2º - O órgão ambiental competente deverá monitorar, permanentemente, por meio de sensoriamento remoto, a veracidade das informações declaradas e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo proprietário ou possuidor do imóvel rural cadastrado, sendo-lhe facultado realizar vistorias de campo, sempre que julgar necessário, com notificação do interessado para acompanhar a vistoria.

§ 3º - Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que disponham de mais de uma propriedade ou posse, em área contínua, deverão efetuar, única inscrição para esses imóveis.

§ 4º - Para o cumprimento dos percentuais da Reserva Legal, bem como para a definição da faixa de recomposição de Áreas de Preservação Permanente, previstos nos artigos 12 e 61-A da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o proprietário ou possuidor deverá inscrever a totalidade das áreas do imóvel.

Artigo 3º - Detectadas pendências ou inconsistências nas informações ou nos documentos apresentados para cadastro no CAR, o órgão responsável notificará o requerente ou seu representante legal, por aviso de recebimento AR, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

§ 1º - Havendo notificação ao proprietário ou possuidor rural com base em imagens de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

geosensoriamento, a mesma deverá acompanhar o documento, contendo a identificação da cena pela data de captura da imagem, a indicação do satélite utilizado, a sua compatibilidade com as imagens georeferenciadas utilizadas no CAR, bem como a sua disponibilização em arquivo digital durante todo o prazo para atendimento das informações solicitadas na notificação.

§ 2º - As informações constantes do CAR, salvo aquelas relativas aos dados pessoais do titular do imóvel cadastrado, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, são consideradas de interesse público, devendo ser permanentemente atualizadas e estar acessíveis a qualquer cidadão por meio da "internet", com consulta pelo número de registro no CAR e fornecimento de certidão numerada, devendo o interessado preencher requerimento com, no mínimo, as seguintes informações:

- 1 - qualificação pessoal do requerente;
- 2 - assunção da obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.

## CAPÍTULO II

### Do Programa de Regularização Ambiental

#### Seção I



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Disposições Gerais

Artigo 4º - É instituído, no âmbito do Estado de São Paulo, Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e posses rurais, que compreende o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e possuidores de imóveis rurais, com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental nos termos do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Parágrafo único - São instrumentos do Programa de Regularização Ambiental:

- 1 - o Cadastro Ambiental Rural - CAR;
- 2 - o Termo de Compromisso;
- 3 - o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

Artigo 5º - O Programa de Regularização Ambiental - PRA deve ter sua implantação iniciada no prazo de até 1 (um) ano contado da data da publicação desta lei, prazo este prorrogável por uma vez e pelo mesmo período, por ato do Chefe do Poder Executivo, cuja execução se dará da seguinte forma:

- I - inscrição no CAR;
- II - requerimento de inclusão no PRA contendo Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas;
- III - homologação do Projeto de Recomposição de

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um advogado ou representante legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Áreas Degradadas e Alteradas, no prazo de 12 (doze) meses, a partir do término do inciso II deste artigo;

IV - individualização e formalização das responsabilidades em Termo de Compromisso do PRA - TC, devidamente homologadas no Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, a ser assinado no prazo de até 90 (noventa) dias após a notificação da homologação prevista no inciso III deste artigo;

V - execução do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, nas fases e prazos estabelecidos no Termo de Compromisso do PRA - TC;

VI - acompanhamento da execução do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, a cada 2 (dois) anos, com a imediata certificação do cumprimento de cada fase constante do cronograma da execução do projeto, garantidos a ampla defesa e o contraditório em caso de divergências;

VII - homologação final da regularização, convertendo definitivamente as multas suspensas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme identificadas no PRA.

§ 1º - Os prazos previstos no cronograma de execução do PRA poderão ser revistos mediante requerimento motivado do interessado, respeitado o prazo previsto no artigo 9º desta lei.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§ 2º - Será aberto processo administrativo para cada requerimento de inclusão no PRA protocolado, no qual serão arquivados todos os documentos do PRA, em páginas sequenciais e numeradas, nele sendo registrados todos os atos da regularização, em especial os mencionados no "caput" deste artigo, com fornecimento de comprovantes ao interessado.

Artigo 6º - Vetado.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

§ 3º - Vetado.

Seção II

Do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas

Artigo 7º - O requerimento de inclusão no PRA deverá conter Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas contendo a individualização das áreas rurais consolidadas e das obrigações de regularização, com a descrição detalhada de seu objeto, o cronograma de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas bianuais a serem atingidas, considerando os parâmetros da Seção II deste Capítulo.

Artigo 8º - No prazo de até 12 (doze) meses contados do protocolo do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, haverá análise do mesmo para homologação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§ 1º - Havendo omissão ou falta de qualquer documento ou esclarecimento necessário, o interessado será notificado, por Aviso de Recebimento - AR, dentro do período previsto no "caput" deste artigo e com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, para complementar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, no prazo indicado pela autoridade competente.

§ 2º - Indeferido total ou parcialmente o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, será o interessado notificado para correção ou interposição de recurso administrativo, com efeito suspensivo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º - O despacho que indeferir total ou parcialmente o Projeto de Recomposição de áreas Degradadas e Alteradas deverá ser fundamentado, informando específica e tecnicamente o motivo de fato e a respectiva indicação do artigo do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e desta lei que não foram atendidos.

§ 4º - Do mesmo despacho do § 3º deste artigo constará a indicação da forma que a autoridade competente entender correta para a execução do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, com finalidade de, tornada definitiva a decisão, ser o interessado notificado para seu cumprimento ou providências do § 5º deste artigo.

§ 5º - O Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas do PRA é ato de confissão irrevogável e irretratável dos fatos

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um advogado ou representante legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

e situações nele contidos, podendo, no caso de inadimplência e não havendo possibilidade de regularização, acarretar o ajuizamento de ação judicial cabível, com finalidade de se ver cumprida a obrigação de fazer, individualizada no processo administrativo mencionado no § 2º do artigo 5º desta lei.

§ 6º - A execução do projeto previsto no artigo 9º desta lei deverá ser iniciada após a homologação e assinatura do Termo de Compromisso do PRA - TC.

§ 7º - Não sendo encontrado o proprietário ou possuidor para os atos previstos no § 6º deste artigo, transcorridos os prazos de editais, será tomada a providência do § 5º deste artigo.

Artigo 9º - A execução do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas deverá ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo, 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação, quando será apresentado relatório da execução do período.

§ 1º - O projeto deverá contemplar, alternativa ou conjuntamente, as seguintes modalidades:

- 1 - regeneração;
- 2 - recomposição;
- 3 - compensação.

§ 2º - A autoridade competente pela análise do PRA poderá realizar vistorias em qualquer época,

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um advogado ou representante legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

caso em que emitirá relatório que, certificando a regularidade, substituirá o documento do "caput" deste artigo e, em sendo certificada a inadimplência total ou parcial, da mesma será notificado o interessado para apresentação de razões, documentos, relatórios e estudos, dentro do prazo conferido, que justifiquem a situação, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º - Certificada a regularidade do PRA pela vistoria da autoridade competente ou pela concordância com o relatório apresentado, será considerada cumprida essa fase do PRA para todos os fins, sendo esse fato certificado nos autos do processo administrativo e emitida certidão ao interessado.

§ 4º - Certificada a inadimplência do PRA, tornada definitiva a decisão, será adotada a providência do § 5º do artigo 8º.

§ 5º - Durante todo o trâmite da regularização, o interessado poderá requerer certidão para demonstrar estar adimplente com as obrigações assumidas, devendo conter em seu texto informação objetiva se o imóvel está regular, regular com ativos, regular com projeto de recomposição/compensação em andamento ou irregular no cumprimento das determinações da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 6º - O proprietário ou possuidor rural que desejar regularizar sua propriedade ou posse rural em prazo inferior aos 20 (vinte) anos previsto no "caput" deste artigo deverá indicar essa opção expressamente no Projeto de Recomposição

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um advogado ou representante legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

de Áreas Degradadas e Alteradas ou, caso faça essa opção posteriormente, informar a antecipação no relatório de execução.

Seção III

Do Termo de Compromisso do PRA

Artigo 10 - O termo de compromisso firmado poderá ser alterado em comum acordo, em razão de evolução tecnológica, caso fortuito ou força maior.

Parágrafo único - Quando houver necessidade de alteração das obrigações pactuadas ou das especificações técnicas, deverá ser encaminhada solicitação, com justificativa, ao órgão competente para análise e deliberação, não se aplicando às hipóteses de regularização da Reserva Legal por meio da compensação.

Artigo 11 - O Termo de Compromisso do PRA destina-se a promover as necessárias correções da propriedade ou posse rural para o atendimento das exigências impostas pelo Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, sendo obrigatório que o respectivo instrumento contenha:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - a descrição detalhada de seu objeto e seu cronograma físico de implantação, com metas bianuais a serem atingidas;

III - as multas aplicáveis à pessoa física ou jurídica compromissada, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

IV - o foro competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 1º - A celebração do Termo de Compromisso de que trata este artigo não impede a execução de eventuais multas relativas a infrações não previstas no TC.

§ 2º - Nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior, poderão ser analisados requerimentos de prorrogação da regularização ambiental para o remanescente do cronograma físico financeiro do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas ainda não executadas.

§ 3º - O Termo de Compromisso deverá ser firmado em até 90 (noventa) dias contados da homologação do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

§ 4º - Descumprida qualquer cláusula do Termo de Compromisso será adotada a providência do § 5º do artigo 8º desta lei, ressalvada a hipótese do § 2º deste artigo.

Artigo 12 - Os termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, firmados sob a vigência da legislação anterior, deverão ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 1º - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se exclusivamente aos casos em que o proprietário ou o possuidor do imóvel rural requerer a revisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§ 2º - Realizadas as adequações requeridas pelo proprietário ou possuidor, o termo de compromisso revisto deverá ser inscrito no SICAR.

§ 3º - Caso não haja pedido de revisão, os termos ou instrumentos de que trata o "caput" deste artigo serão respeitados.

§ 4º - Os documentos e atos preparatórios produzidos para subsidiar termo já firmado com a autoridade competente serão aproveitados para a instrução do PRA, cabendo ao proprietário ou possuidor rural apenas complementar os necessários para a análise do PRA.

§ 5º - Caso a autoridade responsável pela análise do PRA conclua pela total adequação aos termos do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e desta lei, o PRA será homologado no mesmo ato.

§ 6º - Ocorrendo a situação prevista no § 5º deste artigo e havendo vegetação nativa excedente ao limite previsto no Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a diferença positiva será convertida em servidão ambiental ou CRA pela mesma autoridade.

§ 7º - Caso a autoridade responsável pela análise do PRA conclua que as obrigações já cumpridas, conforme o anterior instrumento de ajustamento de conduta ou assunção de responsabilidade, não sejam suficientes para a adequação do imóvel às regras do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

de maio de 2012, e desta lei, será emitido Termo de Compromisso do PRA com as obrigações ainda necessárias para a regularização.

§ 8º - Na hipótese do "caput" deste artigo, o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas deverá:

1 - mencionar as obrigações já cumpridas nos termos do anterior instrumento de ajustamento de conduta ou de assunção de responsabilidade;

2 - mencionar as obrigações ainda pendentes na forma do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e desta lei.

#### Seção IV

Dos Parâmetros de Regularização do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012

Artigo 13 - A regularização ambiental das propriedades e posses rurais do Estado de São Paulo obedecerá aos parâmetros materiais constantes do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e o detalhamento de caráter específico das Subseções I a V desta Seção.

#### Subseção I

Da Regularização da Área de Preservação Permanente

Artigo 14 - A recomposição das Áreas de Preservação





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Permanente poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, nos prazos do PRA, pelos seguintes métodos:

I - condução de regeneração natural de espécies nativas;

II - plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

III - plantio de espécies nativas; ou

IV - plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, com nativas de ocorrência regional com exótica, exceto pinus e eucaliptos, em até 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recomposta, no caso das propriedades ou posses rurais a que se refere o inciso V do artigo 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 1º - Para os imóveis com área de até um módulo fiscal que possuam áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 2º - Para os imóveis com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

independentemente da largura do curso d'água.

§ 3º - Para os imóveis com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 4º - O plantio e manejo estabelecidos no inciso IV do "caput" deste artigo são declarados de interesse social, inclusive os limites previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, e contarão com o desenvolvimento de sistemas agroflorestais pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

§ 5º - Para fins do que dispõe o inciso II do § 4º deste artigo e do artigo 61-A da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a recomposição das faixas marginais ao longo dos cursos d'água naturais será de:

1 - vetado;

2 - para os imóveis rurais com área superior a 10 (dez) módulos fiscais, a extensão correspondente à metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular.

§ 6º - Nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio de 15 (quinze) metros.

§ 7º - Para os imóveis que possuam áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura de:

1 - 5 (cinco) metros, para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

2 - 8 (oito) metros, para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;

3 - 15 (quinze) metros, para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais;

4 - 30 (trinta) metros, para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 8º - Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado, de largura mínima de:

1 - 30 (trinta) metros, para os imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

2 - 50 (cinquenta) metros, para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 9º - A área de várzea fora dos limites das Áreas de Preservação Permanente - APP somente poderá ser utilizada conforme recomendação técnica dos órgãos de extensão rural.

§ 10 - Vetado.

§ 11 - Será considerada, para os fins do disposto neste artigo, a área detida pela propriedade ou posse rural em 22 de julho de 2008.

§ 12 - O Chefe do Poder Executivo poderá, em ato próprio, estabelecer metas e diretrizes de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às definidas neste artigo, como projeto prioritário, ouvidos o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, para fins do artigo 22 da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 37 da Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

Artigo 15 - Adota-se como metodologia padrão de recomposição de vegetação nativa em área de preservação permanente, para a legislação estadual, a sistemática prevista no "caput" do artigo 14 desta lei.  
Parágrafo único - Utilizar-se-á o procedimento do artigo 6º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para necessidade de caráter específico de qualquer tipo de ampliação presente ou futura de área

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente de um representante da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

de preservação permanente prevista na legislação estadual.

Artigo 16 - Nas propriedades e posses rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do "caput" do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:

I - sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma do Conselho Estadual de Meio Ambiente;

II - esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;

III - seja realizado o licenciamento pelo órgão ambiental competente;

IV - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR;

V - não implique novas supressões de vegetação nativa.

Artigo 17 - Para a atividade de aquicultura, quando enquadrada na alínea "e" do inciso IX do artigo 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, será permitida a implantação de instalações necessárias à captação, condução e derivação de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§ 1º - O entorno dos viveiros de criação localizados em área diversa da do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dos canais de abastecimento e drenagem, fora da Área de Proteção Permanente e que não se localizem em barramento ou represamento de cursos d'água naturais, não serão considerados área de preservação permanente.

§ 2º - A atividade de aquicultura desenvolvida em propriedade ou posse rural de até 4 (quatro) módulos fiscais é considerada como sendo de baixo impacto ambiental, para fins de intervenção em faixa marginal de proteção de cursos d'água, nos termos do artigo 3º, inciso X, alíneas "b" e "k", e artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, desde que classificada como pequena ou de pequeno porte pela legislação específica.

Artigo 18 - Vetado:

I - vetado;

II - vetado;

III - vetado;

IV - vetado.

§ 1º - vetado.

§ 2º - vetado.

Artigo 19 - Será admitida a manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o acesso a essas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

atividades, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas.

Artigo 20 - É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

§ 1º - Os critérios para tal acesso devem ser previstos no Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas do PRA, incluindo as medidas para se evitar a degradação da vegetação nativa existente.

§ 2º - Vetado.

Artigo 21 - A adesão ao PRA e a homologação do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas são provas suficientes de processo de recuperação para o cômputo da APP no percentual de reserva legal, mencionado no artigo 15, inciso II, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Artigo 22 - A medição da metragem de APP relacionada com os recursos hídricos partirá:

I - nos cursos d'água, a partir da borda da calha do leito regular;

II - nos reservatórios de água natural acima de 1 (um) hectare de espelho d'água, a partir do umbral do reservatório;

III - nos reservatórios de água artificial acima de 1 (um) hectare de espelho d'água, a partir da cota



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

operacional do projeto de barramento ou de laudo técnico nesse sentido para aqueles anteriores a 22 de julho de 2008;

IV - na ocorrência de vereda no cerrado paulista, o início da medição será em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado, como previsto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Parágrafo único - Não se incluem nos cursos d'água com APP, nos termos do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, os efêmeros formados por ocasião das chuvas sazonais ou logo após sua ocorrência, cuja alimentação se dê pela água de escoamento superficial, acima do nível do lençol freático, nem as acumulações de água natural ou artificial de até 1 (um) hectare de superfície.

Artigo 23 - Vetado.

§ 1º - Vetado:

1 - vetado;

2 - vetado.

Artigo 24 - Para os reservatórios artificiais de água destinados a geração de energia ou abastecimento público que foram registrados ou tiveram seus contratos de concessão ou autorização assinados anteriormente à Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, a faixa da Área de Preservação Permanente será a distância entre o nível máximo





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

operativo normal e a cota máxima "maximorum."

Artigo 25 - Nas áreas rurais consolidadas nos locais de que tratam os incisos V, VIII, IX e X do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, serão admitidas a manutenção de atividades florestais, as culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, bem como da infraestrutura física associada ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

§ 1º - O pastoreio extensivo nos locais referidos no "caput" deste artigo deverá ficar restrito às áreas de vegetação campestre natural ou já convertidas para uso alternativo do solo em vegetação campestre, admitindo-se o consórcio com vegetação lenhosa perene ou de ciclo longo.

§ 2º - A manutenção das culturas e da infraestrutura de que trata o "caput" deste artigo é condicionada à adoção de práticas conservacionistas do solo e de água indicadas pelos órgãos de assistência técnica rural.

§ 3º - Admite-se, nas Áreas de Preservação Permanente, previstas no inciso VIII do artigo 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, das propriedades e posses rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais, no âmbito do PRA, a partir de boas práticas agronômicas e de conservação do solo e da água, mediante deliberação do Conselho Estadual de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Meio Ambiente, a consolidação de outras atividades agrossilvipastoris, ressalvadas as situações de risco de vida humana.

Subseção II

Da Regularização da Área de Uso Restrito

Artigo 26 - A identificação de área de uso restrito, com topografia de inclinação entre 25° (vinte e cinco graus) e 45° (quarenta e cinco graus), terá como base a situação fática de 25 de maio de 2012 e se dará a partir da identificação no plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Nas áreas urbanas e de expansão urbana com inclinação entre 25° (vinte e cinco graus) e 45° (quarenta e cinco graus), será permitida a supressão de vegetação com o devido licenciamento ambiental e após o registro do parcelamento do solo para fins urbanos aprovado segundo a legislação específica, desde que sejam tomadas as medidas técnicas necessárias para atendimento ao disposto no artigo 3º, inciso III, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, após a realização da supressão.

Subseção III

Da Regularização das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal

Assinatura manuscrita em tinta preta, possivelmente de um representante legal ou técnico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Artigo 27 - Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os limites impostos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão são dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais de Reserva Legal exigidos pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 1º - A dispensa de recomposição, compensação ou regeneração, para os percentuais da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de que trata o "caput" deste artigo, deve observar as seguintes leis e respectivos limites previstos para manutenção de vegetação nativa:

1 - a partir da vigência do Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, 25% (vinte e cinco por cento) das matas existentes, salvo o disposto nos artigos 24, 31 e 52 do mesmo decreto;

2 - durante a vigência da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, até a vigência da Lei Federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989, 20% (vinte por cento) da área de cada propriedade com cobertura de floresta;

3 - durante a vigência da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com as alterações introduzidas no artigo 16 pela Lei Federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989, 20% (vinte por cento) da área de cada propriedade, para todas as formas de vegetação;

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente de um representante da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§ 2º - A identificação da forma da vegetação e da época de abertura das situações consolidadas poderá ser provada por documentos tais como a descrição de fatos históricos de ocupação da região, registros de comercialização, dados agropecuários da atividade, contratos e documentos bancários relativos à produção, e por todos os outros meios de prova em direito admitidos.

§ 3º - Os atos e documentos oficiais ou emitidos pela administração pública federal, estadual ou municipal possuem fé pública, gozando de presunção de veracidade, e tem o efeito de prova pré-constituída.

§ 4º - O percentual de recomposição de Reserva Legal em propriedade ou posse rural em área contendo forma de vegetação de floresta, de cerrado e outras formas de vegetação será definido considerando separadamente a parcela que cada uma ocupa na propriedade ou posse rural analisada, bem como o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal da propriedade ou posse rural, atendidas as determinações do artigo 15 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e as demais disposições desta lei.

§ 5º - O indeferimento do direito previsto neste artigo deverá conter despacho fundamentado no processo administrativo, garantidos a ampla defesa e o contraditório, após notificação pessoal do proprietário ou possuidor, cabendo recurso administrativo com efeito suspensivo.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente de um representante da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Subseção IV

Da Recuperação das Áreas de Reserva Legal

Artigo 28 - Identificado percentual do imóvel necessário para a regularização da Reserva Legal, nos termos do artigo 27 desta lei, o proprietário ou possuidor poderá adotar, isolada ou conjuntamente, os seguintes métodos:

I - condução de regeneração natural de espécies nativas;

II - plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

III - plantio de espécies nativas;

IV - plantio de espécies exóticas combinado com as espécies nativas de ocorrência regional, conforme metodologia do artigo 29 desta lei;

V - compensação, nos termos do inciso III do artigo 66 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Parágrafo único - A recomposição de que trata o "caput" deste artigo deverá ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação, iniciando necessariamente pelo percentual de APP computado na Reserva Legal.

Artigo 29 - A recomposição das Áreas de Reserva Legal poderá ser realizada mediante o plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, em sistema



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

agroflorestal, observados os seguintes parâmetros:

- I - o plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional;
- II - a área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da área total a ser recuperada.

Parágrafo único - O proprietário ou possuidor de propriedade ou posse rural que optar por recompor a reserva legal com utilização do plantio combinado de espécies nativas e exóticas terá direito a sua exploração econômica em caráter permanente, desde que a exploração econômica seja conduzida sob a forma de manejo sustentável.

Subseção V

Da Doação de Área Dentro de Unidade de Conservação

Artigo 30 - A doação de área localizada no interior de Unidade de Conservação atenderá ao seguinte procedimento:

- I - o interessado, sendo o titular de direitos do imóvel a ser doado, deverá apresentar requerimento para recebimento da doação, no mesmo ato renunciando o recebimento de qualquer quantia, a qualquer título, da área apresentada, também devendo ser anexada procuração pública irretratável e irrevogável em favor do órgão de representação judicial e extrajudicial da pessoa jurídica que instituiu a unidade de conservação para fins de confecção da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

escritura e seu registro no Registro de Imóveis respectivo;

II - o interessado, caso não seja o titular do imóvel, deverá protocolar junto ao órgão ambiental responsável pelo PRA instrumento particular de compra e venda ou cessão de direitos do imóvel qualificado no inciso I deste artigo, com a comprovação de que o mesmo instrumento já esteja levado a registro na respectiva matrícula, onde conste:

a) a compra e venda da área ou de seus direitos, se já desapropriada, com cláusula de outorga de escritura de doação exclusivamente em favor da pessoa jurídica de direito público instituidora da unidade de conservação;

b) a renúncia expressa das partes contratantes da compra e venda ou cessão de qualquer ato ou ação contrária à doação da área para a pessoa jurídica de direito público, por qualquer motivo, inclusive em eventual litígio da compra e venda ou cessão, bem como de recebimento de qualquer outra quantia a qualquer título;

c) cláusula-mandato em favor do órgão de representação judicial e extrajudicial da pessoa jurídica de direito público para todos os atos necessários à confecção de escritura de doação e respectivo registro em favor da pessoa jurídica de direito público que instituiu a unidade de conservação;

III - juntamente com os documentos do inciso II deste artigo, deverá ser anexada 31



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

procuração pública irrevogável e irrevogável dos vendedores em favor do órgão de representação judicial e extrajudicial da pessoa jurídica que instituiu a unidade de conservação, para fins de confecção da escritura e seu registro no Registro de Imóveis respectivo;

IV - as guias de recolhimento de todas as custas e emolumentos vinculados à referida escritura de doação.  
Parágrafo único - Conferidos os documentos, a autoridade responsável pelo acompanhamento da execução do PRA certificará a juntada de todos os documentos indicados nas hipóteses deste artigo, certificando também o reconhecimento da compensação da reserva legal.

Artigo 31 - Admitir-se-á a instituição de servidão ambiental ou de CRA nas propriedades rurais com área total ou parcial dentro de unidades de conservação de domínio público em território paulista que ainda estejam em regularização fundiária, devendo o proprietário instruir o seu requerimento com os seguintes documentos:

- I - declaração que pretende gravar a área para fins do estabelecimento de servidão ambiental ou de CRA;
- II - documentação fundiária do imóvel, demonstrando a propriedade da área;
- III - ato de designação de responsável, quando se tratar de pessoa jurídica;

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de uma autoridade legal, sobreposta ao número da página.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

IV - cédula de identidade, quando se tratar de pessoa física;

V - documentação de criação da Unidade de Conservação de Domínio Público.

§ 1º - O detentor da servidão ambiental ou CRA em unidade de conservação de domínio público poderá cedê-la ou transferi-la em caráter definitivo, em favor da entidade pública que tenha instituído a unidade de conservação, indicando no ato ou posteriormente qual a propriedade ou posse rural, própria ou de terceiro, a ser beneficiada.

§ 2º - Equipara-se à doação o ato de cessão ou transferência, previsto no § 1º deste artigo, cujo beneficiário seja órgão ou entidade do Estado de São Paulo, desde que o proprietário e titular do direito de indenização firme termo de renúncia que, havendo processo judicial, seja homologado por sentença que também reconheça os direitos de compensação da servidão ambiental ou CRA cedida.

§ 3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, ocorrida cessão de servidão ambiental ou CRA de área do imóvel que esteja fora da unidade de conservação, fica autorizado o órgão gestor da unidade de conservação a incorporar a área à unidade de conservação.

§ 4º - A doação de áreas no interior de unidades de conservação em território paulista integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de uma autoridade legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

dependerá do reconhecimento da efetiva cessão ou transferência da área conforme § 1º deste artigo.

Artigo 32 - Nas propriedades ou posses rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuíam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no artigo 12 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo.

§ 1º - No caso em que a vegetação nativa seja composta por espécimes espalhados na paisagem e que dificulte a utilização de técnicas agrícolas de uso do solo sem a supressão parcial dos mesmos, o interessado poderá optar por renunciar ao direito previsto no "caput" deste artigo, para estabelecer mosaico compensando a supressão desses espécimes, na proporção de 1:10 (um para dez) no espaço necessário a acomodar todo o plantio no espaçamento tecnicamente recomendado para o adensamento florístico, a ser informado na forma do artigo 9º desta lei, após a aprovação do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

§ 2º - A vegetação nativa mencionada no "caput" deste artigo não possui percentual mínimo de aplicação.

§ 3º - Nos imóveis sem remanescente de vegetação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

nativa na data de 22 de julho de 2008, fica o proprietário ou possuidor desobrigado de recompor.

Artigo 33 - A vegetação nativa das propriedades e posses rurais de até 4 (quatro) módulos fiscais, desde que superior a 1(um) hectare, poderá ser utilizada para a criação de servidão ambiental ou emissão de Cota de Reserva Ambiental - CRA, na modalidade do § 4º do artigo 44 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Artigo 34 - A instituição de servidão ambiental ou emissão da CRA será concomitante com a homologação do PRA se assim requerer o interessado, inclusive para utilização em outro imóvel, próprio ou de terceiro, também submetido ao PRA.

Artigo 35 - O proprietário ou o possuidor do imóvel rural poderá alterar a localização da área de Reserva Legal no PRA, mediante aprovação do órgão ambiental competente.

§ 1º - A nova área de Reserva Legal proveniente da alteração a que se refere o "caput" deste artigo deverá localizar-se no imóvel que continha a Reserva Legal de origem, em área com tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a área anterior, observados os critérios técnicos que garantam ganho ambiental, estabelecidos em regulamento.

§ 2º - Vetado:

1 - vetado;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

2 - vetado;

3 - vetado.

§ 3º - Vetado:

1 - vetado;

2 - vetado;

3 - vetado.

### CAPÍTULO III

#### Da Regularização e Continuidade das Atividades Agrossilvipastoris

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Artigo 36 - O manejo florestal sustentável ou a intervenção na cobertura vegetal nativa no Estado para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR e de autorização prévia do órgão estadual competente, e, havendo necessidade, a apresentação do PRA do imóvel, ficando dispensadas de autorização do órgão ambiental as seguintes intervenções sobre a cobertura vegetal nativa:

I - os aceiros para prevenção de incêndios florestais, seguindo os parâmetros do órgão ambiental competente, inclusive em áreas de preservação permanente e de Reserva Legal;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- II - a extração de lenha em regime individual ou familiar para o consumo doméstico;
- III - a limpeza de área ou roçada, conforme regulamento;
- IV - a construção de bacias para acumulação de águas pluviais, em áreas antropizadas, para controle da erosão, melhoria da infiltração das águas no solo, abastecimento humano e dessedentação de animais, desde que a bacia não esteja situada em curso d'água perene ou intermitente;
- V - o aproveitamento de árvores mortas, decorrentes de processos naturais, para utilização no próprio imóvel, não sendo permitida sua comercialização ou transporte, salvo para beneficiamento;
- VI - a abertura de picadas e a realização de podas que não acarretem a morte do indivíduo;
- VII - a instalação de obras públicas que não impliquem rendimento lenhoso;
- VIII - a coleta de produtos florestais não madeireiros;
- IX - a limpeza e manutenção de drenos, valas ou canais artificiais.

§ 1º - Para os fins desta lei, entende-se por limpeza de área ou roçada a retirada de espécimes com porte arbustivo e herbáceo, predominantemente invasoras, em área antropizada.

§ 2º - Os drenos ou valas são canais artificiais de captação ou derivação que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

constituem obras de engenharia integrantes da infraestrutura da atividade agrossilvipastoril e não se enquadram nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, mas devem ser indicados no Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, devendo constar do Termo de Compromisso as obrigações de manutenção e conservação de solo e água, bem como a comunicação ao órgão estadual de recursos hídricos para regularização, por obtenção de dispensa ou outorga d'água da captação ou derivação.

Seção II

Do Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente

Artigo 37 - Respeitadas as obrigações de reflorestamento assumidas, até o encerramento do Programa de Regularização Ambiental que dispõe esta lei, o mínimo de 20% (por cento) das árvores plantadas com recursos da reposição florestal de que trata a Lei Estadual nº 10.780, de 9 de março de 2001, serão de essência nativa, visando à reconstituição de áreas de preservação permanente e de Reserva Legal inseridas no Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

Artigo 38 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como a adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação, conforme regulamento:

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, a atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais;

II - compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias ao cumprimento dos objetivos desta lei, utilizando-se de instrumentos creditórios, fiscais e tributários;

III - incentivos para comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação, conservação e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa.

Parágrafo único - Este programa deve prever as seguintes diretrizes:

1 - integração com a Política Estadual de Mudanças Climáticas;

2 - possibilidade de utilização de fundos públicos para concessão de créditos reembolsáveis e não reembolsáveis destinados à compensação, recuperação ou recomposição florestal;

3 - integração com os sistemas em âmbitos nacional, regionais e municipais;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

4 - integração com Programa de Regularização Ambiental - PRA.

Artigo 39 - Para melhor execução do Programa de Regularização Ambiental - PRA, o Poder Executivo Estadual fica autorizado a instituir o Pagamento por Serviços Ambientais para incentivar a recomposição florestal, a proteção dos mananciais no Estado e a compensação preferencial no Estado de São Paulo, na forma a ser definida em regulamento.

§ 1º - O Pagamento por Serviços Ambientais será ação integrante do Programa de Regularização Ambiental - PRA, devendo perseguir os mesmos objetivos.

§ 2º - A não instituição da ação Pagamento por Serviços Ambientais não poderá servir de argumento para a não execução por parte dos proprietários e possuidores das obrigações manifestas na adesão do PRA.

§ 3º - O Pagamento por Serviços Ambientais, uma vez instituído, deverá atender preferencialmente aos proprietários e possuidores de imóveis rurais que:

1 - se enquadrarem na categoria de agricultores familiares ou de empreendimentos familiares rurais, conforme Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

2 - tenham área inferior a 4 (quatro) módulos fiscais;

3 - estejam localizados próximos a regiões de mananciais ou rios cuja capacidade





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

hídrica seja utilizada para abastecimento público.

§ 4º - Fundos públicos e receitas próprias da Fazenda do Estado poderão ser utilizados para o pagamento, na forma monetária direta ou por meio de incentivos decorrentes de renúncia fiscal de tributos.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Artigo 40 - Nas áreas de ocupação antrópica consolidada em área urbana, fica assegurado o uso alternativo do solo previsto no inciso VI do artigo 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, respeitadas as áreas de preservação permanente previstas pela legislação em vigor à época da implantação do empreendimento.

Parágrafo único - Fica assegurado o direito de construir em lotes oriundos de parcelamento do solo urbano registrado no Serviço de Registro de Imóveis competente, desde que respeitadas as Áreas de Preservação Permanente, exigidas pela legislação vigente na data da implantação do licenciamento ambiental e do registro do parcelamento do solo para fins urbanos, aprovado segundo a legislação específica.

Artigo 41 - Aplica-se subsidiariamente a Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, nos processos e procedimentos administrativos e seus trâmites, no que não dispuser esta lei, sempre garantidos a ampla defesa e o contraditório, devendo ser

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de uma autoridade legal, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

fundamentados os motivos de eventual não deferimento de efeito suspensivo a recurso interposto.

Artigo 42 - Os serviços prestados na prevenção e no combate a incêndios florestais são considerados de relevante interesse público, não incidindo qualquer penalidade nessa hipótese.

Artigo 43 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 9.989, de 22 de maio de 1998 e a Lei nº 12.927, de 23 de abril de 2008."

Pelo que se depreende da leitura do artigo 1º, buscou-se por meio do diploma supra estabelecer contornos mais precisos à Lei Federal nº 12.651/12, permitindo, assim, sua aplicabilidade no âmbito estadual.

Todavia, conforme restará demonstrado no curso desta exordial, o ato normativo impugnado revela-se incompatível com a Carta Bandeirante, pois, além de reiterar as inconstitucionalidades daquela normativa federal, invadiu a competência legislativa da União, bem como propiciou o enfraquecimento do nível de proteção conferida pelo ordenamento ao meio ambiente no Estado de São Paulo, o que representa afronta ao princípio da vedação ao retrocesso sócio ambiental, extraído a partir da exegese do Capítulo IV, Seção I, da CE/89, mais precisamente de seu art. 191.

Por fim, ainda se visualiza transgressão ao art. 180, II, da Carta Paulista, haja vista a falta de participação popular quando da edição da lei impugnada, como será demonstrado a seguir.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, que "*Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo*", rebaixou a proteção jurídica ao meio ambiente em todo Estado de São Paulo, revelando-se frontalmente contrária à Constituição do Estado de São Paulo.

Os preceitos da Constituição do Estado assim estabelecem:

"Artigo 1º - O Estado de São Paulo, integrante da República Federativa do Brasil, exerce as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal."

(...)

"Artigo 180 - No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:

(...)

II - a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

(...)

Art. 191 - O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico."

a. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

É inegável que a transformação da legislação protetora do meio ambiente ecologicamente equilibrado afeta a realidade urbana, em especial a sadia qualidade de vida de seus habitantes.

Nesse contexto, por afetar a legislação urbanística e a qualidade de vida de seus munícipes, a validade e legitimidade de modificação de norma ambiental pressupõe participação comunitária em todas as fases de sua produção (art. 191, *caput*, CE).

Os planos ambientais devem levar em conta o bem estar do povo, pois sem o meio ambiente ecologicamente equilibrado não há vida humana, de sorte que tais normativas cumprem esta premissa quando são sensíveis às necessidades e aspirações da comunidade.

O planejamento ambiental que acarreta desdobramentos urbanísticos exige uma participação democrática, pressupondo a possibilidade de efetiva participação do povo na sua elaboração, haja vista o Constituinte Bandeirante ter estabelecido no art. 191, *caput*, da Carta Paulista, a participação da coletividade na defesa do meio ambiente, o que abrange a necessidade de participação popular quando da edição ou alteração de diplomas hábeis a vulnerar o aludido objeto de proteção, principalmente diante do fato de que esses diplomas, sendo democráticos, se colocam contra pressões



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ilegítimas ou equivocadas em relação aos mananciais que interferem na vida dos administrados, inclusive os residentes nas urbes.

Por esse motivo, o princípio da participação comunitária no estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento de políticas ambientais pode e deve ser considerado em conjunto com os dispositivos relativos ao ordenamento urbano, respeitando para tanto a exigência da participação popular voltada à deliberação de tais questões, segundo preconiza a Constituição Estadual na interpretação conjunta dos arts. 180, II, e 191.

Se o entendimento jurisprudencial sufraga a necessidade não só de prévio estudo técnico e planejamento, mas também a participação comunitária na produção de normas atinentes ao ordenamento urbanístico, nada mais coerente aplicar a mesma lógica à edição de normas ambientais, com inegável efeito no meio ambiente natural e artificial, em razão dos motivos já elencados.

Nesse sentido, aliás, já se posicionou este E. Tribunal de Justiça na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0168001-94.2013.8.26.0000, no sentido de ser indispensável a participação comunitária no processo legislativo destinado à alteração do zoneamento urbano, momento em que este Sodalício se utilizou de interpretação conjunta dos arts. 180, II, e 191 da Carta Paulista. Ante a clareza e precisão do voto proferido na aludida demanda, que, *mutatis mutandis*, pode ser empregado na resolução da questão ora examinada, pede-se vênica para reproduzir excertos da r. decisão:

"(...) A lei nº 6.359, de 7 de junho de 2013,  
do Município de Bauru, transforma ruas e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

quarteirões que especifica em seus arts. 1º, 2º e 3º em corredores comerciais e de serviços. E não resta dúvida de que, visando a atender interesse público local, isso é possível, mas com a observância de normas constitucionais (art. 180, II, e 191 da Constituição do Estado) que exigem em tal processo a participação de entidades comunitárias, da coletividade, em suma, o que, no caso, não ocorreu, como se depreende do que segue claro nas informações que Município e Câmara prestaram (fls. 33/36 e 39/40).

O art. 180, II, da Constituição do Estado prevê que no estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão "a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, plano, programas e projetos que lhes sejam concernentes" (inciso II). E o art. 191 da Constituição do Estado diz: "O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico".

O ato normativo aqui atacado constitui inequívoca alteração do zoneamento, com transformação de ruas e quarteirões inteiros em corredores comerciais e de serviços, o que se fez sem a imprescindível participação comunitária.

(...)

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do representante legal da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Não se trata de, como quer a Municipalidade, submeter a consulta popular todo e qualquer ato do poder público municipal, toda e qualquer edição de lei, a acarretar, "uma enorme burocratização da Gestão Pública Municipal." Trata-se, isto sim, de cumprir e fazer com que se cumpra a Constituição Estadual que, no que concerne à matéria em exame, exige, como dito, a participação comunitária, na forma do que estabelece nos arts. 180, II, e 191, que não abrem exceção para modificações pontuais ou pequenas alterações de zoneamento. Aliás, observados os termos da lei 6.359/13, não cabe no caso falar em pequena alteração de zoneamento. A necessidade de "dinamizar e desenvolver a cidade em conformidade com o progresso" não justifica o descumprimento de normas constitucionais, das diretrizes nestas especificadas para alterações urbanísticas e de zoneamento, (...)"

Ante as considerações supramencionadas, padece de inconstitucionalidade a Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, por subtrair a possibilidade e exigência constitucional da participação popular na instituição de normas ambientais, ofendendo frontalmente o disposto no arts. 180, II, e 191, da Constituição Estadual.

**b. DA INVASÃO DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO EM  
MATÉRIA AMBIENTAL**

Nos termos do art. 24, VI, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

forma concorrente, acerca da proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, lembrando que neste espectro legiferante concorrente cabe ao ente federal editar normas gerais acerca do tema indicado, assim como compete aos Estados e ao Distrito Federal suplementar tal legislação. Vejamos:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

A Lei Estadual nº 15.684/15, ora impugnada, especificamente nos artigos 9º, 17, "caput", § 2º, 27, § 1º, 1 e 2 e 35, "caput", e § 1º, ao invadir a seara de competência da União em matéria ambiental e dispor de forma diversa no tocante às normas gerais inseridas na Lei Federal nº 12.651/12, acabou por dispor de forma diversa do contido na lei federal, o que importa ofensa ao artigo 1º da Constituição do Estado de São Paulo.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

c. DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA *PROIBIÇÃO DO  
RETROCESSO AMBIENTAL*

A própria Lei Federal n. 12.651/12 já é objeto de 03 Ações Diretas de Inconstitucionalidade, ajuizadas pela Procuradoria-Geral de República perante o E. STF, em face da vedação ao princípio do retrocesso em matéria ambiental (fls. 634 e seguintes).

Neste contexto, não bastasse a Lei Federal n. 12.651/12 ter configurado retrocesso em defesa do meio ambiente, a Lei Estadual n. 15.684/15, ao dispor de forma diversa da diretriz geral contida na lei federal e arrefecer a proteção ao meio ambiente conferida pela já deficiente Lei Federal n. 12.651/12, reforçou e ofendeu em maior grau o princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental.

Cabe aos Estados e ao Distrito Federal suplementar a legislação federal sempre buscando conferir uma maior proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois se nessa tarefa de disciplinar amiúde questões ambientais segundo suas peculiaridades locais o ente estadual arrefecesse a normativa federal haveria flagrante retrocesso à proteção do aludido bem difuso, o que é defeso pelo texto constitucional segundo o princípio da proibição ao retrocesso ambiental.

Sobre o tema, manifesta-se o eminente Min. Luis Roberto Barroso:

*"Por este princípio, que não é expresso, mas decorre do sistema jurídico-constitucional, entende-se que se uma lei, ao regulamentar um mandamento constitucional, instituir determinado direito, ele se incorpora ao patrimônio jurídico da cidadania e não pode ser arbitrariamente suprimido. Nessa ordem*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

*de ideias, uma lei posterior não pode extinguir um direito ou garantia especialmente os de cunho social, sob pena de promover um retrocesso, abolindo um direito fundado na constituição. O que se veda é o ataque à efetividade da norma, que foi alcançado a partir de sua regulamentação. Assim, por exemplo, se o legislador infraconstitucional deu concretude a uma norma programática ou tornou viável o exercício de um direito que dependia de sua intermediação, não poderá simplesmente revogar o ato legislativo, fazendo a situação voltar ao estado de omissão legislativa anterior" (O Direito Constitucional e a Efetividade das Normas, 5ª. Ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2011, pag. 158/159).*

Ainda sobre o princípio, sustenta-se que ele decorre de outros princípios constitucionais de mais alta importância, ou seja, do princípio do Estado Democrático e Social de Direito, do princípio da dignidade da pessoa humana, do princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras dos direitos fundamentais, do princípio da proteção da confiança e da própria noção do mínimo essencial, sendo imperioso destacar que no campo do Direito Ambiental sua aplicação é amplamente aceita tanto na doutrina como na jurisprudência pátrias.

Por ser fundamental o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o **Princípio da vedação ao retrocesso ambiental** constitui um verdadeiro princípio geral do Direito Ambiental, vez que tem por objetivo salvaguardar os progressos obtidos para evitar a deterioração do ambiente, sendo inadmissíveis condutas retrógradas, vez que haveria



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

uma ameaça à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Os avanços conquistados na seara da proteção ambiental não podem ser alvo de alterações que materializam atraso normativo, sob pena de vulnerar o piso mínimo de proteção ecológica para a qualidade da vida.

Sobre o tema, nos ensina o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antônio Herman Benjamin, que a proposição nada tem de recente. Afirma que não é de hoje que se defende "que a civilização moveu-se, move-se e se moverá numa direção desejável", conforme resume J. B. Bury, em sua clássica obra de início do Século XX; ou que a humanidade avançou no passado, continua avançando agora, e, com toda probabilidade, continuará a avançar no futuro próximo". Sob a cobertura política dessa ideia-chave, surge o princípio jurídico da proibição de retrocesso, que expressa uma "vedação ao legislador de suprimir, pura e simplesmente, e concretização da norma", constitucional ou não, "que trate do núcleo essencial de um direito fundamental" e, ao fazê-lo, impedir, dificultar ou inviabilizar "a sua fruição, sem que sejam criados mecanismos equivalentes ou compensatórios". Princípio esse que transborda da esfera dos direitos humanos e sociais para o Direito Ambiental. (BENJAMIN, Antônio Herman, Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. In: SENADO FEDERAL, Comissão De Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. Brasília: Senado, 2012. p. 57).

Prossegue o Ministro Herman Benjamin, exemplificando: *"A mais óbvia é a redução do grau de salvaguarda jurídica ou da*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

*superfície de uma área protegida (Parque Nacional, p. ex.); outra, menos perceptível e por isso mais insidiosa, e o esvaziamento ou enfraquecimento das normas de previsão de direitos e obrigações ou, por outro lado, os instrumentos de atuação do Direito Ambiental (Estudo Prévio de Impacto Ambiental, Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal, Responsabilidade civil objetiva, p. ex.). Consequentemente, tirante a redução pura e simples de espaços territoriais protegidos, o retrocesso pode afetar ora direitos substantivos (= retrocesso substantivo) ora direitos procedimentais ou o due process ambiental (= retrocesso formal ou procedimental); ora o marco legislativo em si mesmo (=retrocesso legislativo) ora a política de implementação (=retrocesso de implementação). (BENJAMIN, Antônio Herman, Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. In: SENADO FEDERAL, Comissão De Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle, Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. Brasília: Senado, 2012. P.67).*

Há, portanto, a necessidade de se afastar o princípio da mutabilidade do direito na seara de proteção ambiental, nesse sentido:

*"O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável nos obrigam a pensar hoje de maneira diferente, afastando o princípio da mutabilidade do Direito. Isso porque o meio ambiente, como os direitos humanos, constituem exceções a essa regra. Nesse sentido, há que se considerar que, junto com o princípio de desenvolvimento sustentável, não se pode esquecer dos direitos à vida e à saúde das gerações futuras e, assim, há que se impedir que se tomem medidas que causariam danos a elas. Reduzir ou revogar a regras de proteção ambiental teria como*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

*efeito impor às gerações futuras um ambiente mais degradado. Nesse sentido, o artigo 28, acima mencionado, se interpretado literalmente e combinado com o princípio do desenvolvimento sustentável, pode ser interpretado, no contexto ambiental e atual, como advogando em favor do princípio de não regressão, pois veda a submissão das gerações futuras a normas responsáveis pelo recuo na proteção jurídica do meio ambiente". (PRIEUR, Michel, Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. In: SENADO FEDERAL, Comissão De Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle, Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. Brasília: Senado, 2012. p.19).*

No campo do Direito Constitucional Brasileiro, o princípio da proibição ao retrocesso surgiu como um princípio geral de Direito Ambiental, não estando previsto em norma constitucional explícita.

Na realidade, ele se manifesta a partir da leitura conjunta das normas que compõem a totalidade do vasto mosaico do Direito Ambiental, justificando ser invocado para o controle de constitucionalidade de iniciativas legislativas destinadas a reduzir o patamar de tutela legal do meio ambiente.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, portanto, é um direito fundamental, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo por esse motivo que a Constituição Estadual adotou ainda o "princípio da melhoria ambiental", cuja origem remonta à Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecendo que *o Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

*preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural.*

Tal princípio é o ambicionado e informa o princípio da proibição de retrocesso, pois não basta manter ou conservar o que se tem, impondo-se *melhorar, avançar* no terreno daquilo que um dia ecologicamente se teve e desapareceu, ou hoje se encontra dilapidado, e, se não tutelado de maneira correta, mais cedo ou mais tarde desaparecerá.

Este princípio, aliás, encontra-se contemplado no art. 191 da Constituição Estadual que determina ao Estado e aos Municípios, com a participação da coletividade, a melhoria do meio ambiente natural, consagrando uma ideia de avanço em oposição à condutas retrógradas em matéria ambiental.

Portanto, além de invadir a esfera de competência legislativa da União, ao dispor acerca da matéria de forma diversa das diretrizes gerais contidas na Lei Federal n. 12.651/12, a Lei Estadual impugnada também acabou por ofender o princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental.

Necessário, portanto, analisar as disposições que importaram em violação ao citado princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental:

I. O artigo 9º da Lei Estadual n. 15.684/15 dispõe:

"Artigo 9º – A execução do Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas deverá ser concluído em até 20 (vinte) anos,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo, 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação, quando será apresentado relatório da execução do período.

§ 1º – O projeto deverá contemplar, alternativa ou conjuntamente, as seguintes modalidades:

1. regeneração;
2. recomposição;
3. compensação.

O § 1º do artigo 2.º da Lei Estadual n.º 9.989/1998 - revogada expressamente pelo artigo 43 da Lei Estadual n.º 15.684/15 -, estipulava um prazo máximo de 5 (cinco) anos para a execução de projetos de recuperação de áreas de preservação permanente.

A lei estadual impugnada ampliou esse prazo para até 20 anos, o que configura grave retrocesso ambiental, contrariando o supramencionado princípio constitucional da vedação do retrocesso socioambiental.

Ademais, o citado prazo é distinto daquele estipulado na legislação federal, que contempla 20 anos apenas para a reserva legal, excluída a área de preservação permanente, o qual foi adotado por uma razão histórica: a obrigação de recuperar as reservas legais foi instituída pela Lei da Política Nacional Agrícola (Lei n.º 8.171/1991), à razão de 1/30 avos por ano, a partir de 1992. Além disso, as áreas de reserva legal são, em regra, muito mais extensas que as de preservação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

permanente, demandando maior comprometimento econômico para sua recuperação.

Por outro lado, a Lei nº 12.651/2012 somente admite o prazo de 20 anos para um dos métodos de recuperação da reserva legal, a saber, a **recomposição** (art. 66, I, da Lei 12.651/2012).

Porém, lei estadual impugnada não restringe o prazo de 20 anos à recomposição, dando azo à interpretação de que também seria aplicável às hipóteses de **regeneração e compensação** de reserva legal.

Evidente que a Lei Estadual nº 15.684/15, além de invadir a esfera de competência da União, dispondo de forma diversa das diretrizes gerais, impôs novo retrocesso ambiental àqueles já inaugurados pela Lei nº 12.651/2012.

Ofende, ainda, o princípio constitucional da proporcionalidade, pois, a um espaço territorial especialmente protegido, mas ambientalmente mais frágil e mais importante que as reservas legais (área de preservação permanente), a Lei Estadual defere uma proteção menos rigorosa.

II. O artigo 12 da lei impugnada dispõe:

Artigo 12 – Os termos de compromissos ou instrumentos similares para a regularização ambiental do imóvel rural referentes às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, firmados sob a vigência da legislação anterior, deverão ser revistos para se adequarem ao disposto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

§1º – O disposto no "caput" aplica-se exclusivamente aos casos em que o proprietário ou o possuidor do imóvel rural requerer a revisão.

§2º – Realizadas as adequações requeridas pelo proprietário ou possuidor, o termo de compromisso revisto deverá ser inscrito no SICAR.

§3º – Caso não haja pedido de revisão, os termos ou instrumentos de que trata o "caput" serão respeitados.

(...)

§8º – Na hipótese do "caput", o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas deverá:

1. mencionar as obrigações já cumpridas nos termos do anterior instrumento de ajustamento de conduta ou de assunção de responsabilidade;
2. mencionar as obrigações ainda pendentes na forma do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e desta lei.

Aqueles termos de compromisso de recuperação ambiental ou instrumentos similares já celebrados em data anterior à Lei 12.651/2012 são considerados atos jurídicos perfeitos.

Já asseguraram à coletividade o direito à recuperação de determinadas extensões de áreas de preservação permanente ou de reservas legais, e com o reflorestamento de espécies nativas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

A possibilidade de celebração de novos termos com base na lei impugnada, em substituição aos anteriores, contraria o inciso XXXVI do artigo 5.º da Constituição Federal, segundo o qual a lei "não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Neste contexto, a permissão a que Estado celebre novos termos, com condições ambientais menos rigorosas, a Lei Estadual nº 15.684/15 permite que o direito de titularidade da coletividade (ao meio ambiente ecologicamente equilibrado), já assegurado materialmente em um determinado patamar, seja reduzido por quem não é seu titular, mas mero representante adequado, a saber, o Estado de São Paulo. Todavia, o direito ao meio ambiente é um direito fundamental, indisponível.

Do ponto de vista subjetivo, a tutela coletiva do direito ambiental e dos demais direitos difusos é indisponível para os legitimados: União, Estados, Municípios e Ministério Público não podem abrir mão do conteúdo desses direitos, pois deles não são titulares, mas, como dito, meros representantes adequados.

É por isso que o § 1º do artigo 6º do Decreto 2.181/1997, que regulamenta o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, apenas admite a substituição de um termo de ajustamento de conduta anteriormente firmado se o novo termo for "mais vantajoso para o consumidor". Como o direito difuso ao meio ambiente integra o mesmo microsistema de tutela dos direitos difusos e coletivos, a regra do Decreto 2.181/1997 também lhe é aplicável, o que reforça a evidência de inconstitucionalidade e ilegalidade do artigo caput do art. 12 em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

análise, e de seus parágrafos 1º, 2º, 3º e 8º.

Além disso, tal disposição ofende o princípio da segurança jurídica, já que o artigo poderá dar ensejo a infindáveis controvérsias judiciais relacionadas a inúmeros termos de compromisso de recuperação ambiental firmados pelos colegitimados, inclusive pelo Ministério Público, para que sejam substituídos por termos de compromisso celebrados pelo órgão ambiental estadual, com cláusulas ambientalmente menos rigorosas.

Portanto, a possibilidade de revisão de termos de compromisso de recuperação ambiental já firmados viola o princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental.

III. Por sua vez, o artigo 17 da Lei Estadual n. 15.684/15 prevê:

(...)

Artigo 17 – Para a atividade de aquicultura, quando enquadrada na alínea “e”, do inciso IX, do artigo 3º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, será permitida a implantação de instalações necessárias à captação, condução e derivação de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade.

A alínea “e” do inciso XI do art. 3.º da Lei 12.651/2012 veicula a seguinte hipótese de interesse social autorizador de intervenção em APP:

“e) implantação de instalações  
necessárias à captação e condução de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade;"

A Lei Federal nº 12.651/12, distintamente do contido no artigo 17 da Lei Estadual, não incluiu as instalações necessárias à derivação de água dentre as modalidades de interesse social.

O artigo 17, portanto, criou nova hipótese de interesse social, que, nos termos da alínea "g" do inciso IX do art. 3.º da Lei 12.651/2012, somente poderia ser introduzida por ato do chefe do Poder Executivo federal. O citado artigo 17, portanto, não se limitou a complementar a legislação federal, vez que dispôs de forma distinta acerca do tema, invadindo a esfera de competência da União e alargando as hipóteses de interesse social, o que ensejará uma menor proteção ao meio ambiente, violando o princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

IV. O § 2º do artigo 17 dispõe:

Art. 17...

(...)

§2º – A atividade de aquicultura desenvolvida em propriedade ou posse rural de até 4 (quatro) módulos fiscais é considerada como sendo de baixo impacto ambiental, para fins de intervenção em faixa marginal de proteção de cursos d'água, nos termos do artigo 3º inciso X, alíneas "b" e "k", e, artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, desde que classificada como pequena ou de pequeno porte pela legislação específica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Tal dispositivo considera a atividade de aquicultura desenvolvida em propriedade ou posse rural de até 4 módulos fiscais como sendo de "baixo impacto ambiental" para fins de intervenção em APP, com menção às alíneas "b" e "k" do inciso X do artigo 3.º da Lei 12.651/2012.

A referida alínea "b" da lei federal veicula hipótese de baixo impacto consistente em "implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso de água, quando couber".

A atividade de aquicultura pode requerer esse tipo de implantação, mas não é possível circunscrever toda a infraestrutura necessária à aquicultura pura e simplesmente à hipótese descrita na alínea "b".

Basta lembrar que a aquicultura, frequentemente, requer a abertura e manutenção de tanques (reservatórios) para criação de peixes e outros animais aquáticos, construções que não podem ser consideradas instalações necessárias à captação ou à condução de água e efluentes tratados.

Já a aludida alínea "k" admite novas hipóteses de baixo impacto, desde que "reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente -- CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente".

Portanto, o § 2.º do artigo 17 da Lei Estadual nº 15.684/15, ao considerar a aquicultura uma atividade de baixo impacto ambiental, inova em relação ao disposto na alínea "k" do inciso



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

X do artigo 3.º da Lei Federal 12.651/2012, conferindo menor proteção ao meio ambiente, o que viola a competência normativa da União em matéria ambiental e ofende ao princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental.

V. O artigo 27, § 1º, da Lei Estadual prevê:

Art. 27...

§1º – A dispensa de recomposição, compensação ou regeneração, para os percentuais da Lei Federal 12.651, de 25 de maio de 2012, de que trata o “caput”, deve observar as seguintes leis e respectivos limites previstos para manutenção de vegetação nativa:

1. a partir da vigência do Decreto Federal nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934: 25% (vinte e cinco por cento) das matas existentes, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52, do mesmo decreto;

2. durante a vigência da Lei Federal nº 4771, de 15 de setembro de 1965, até a vigência da Lei Federal nº 7803, de 18 de julho de 1989: 20% (vinte por cento) da área de cada propriedade com cobertura de floresta;

Os dispositivos pretendem dar concretude ao “caput” do artigo 68 da Lei 12.651/2012, *in verbis*:

“Art. 68. Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os percentuais de Reserva Legal previstos pela legislação em vigor à época em que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ocorreu a supressão são dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos nesta Lei."

O item 1, do § 1º, do artigo 27, pressupõe que as obrigações previstas no Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34) fossem aplicadas apenas às "matas".

Ocorre que o artigo 2º daquele diploma deixava claro que seu objeto eram todas as formas de vegetação:

"Art. 2º Aplicam-se os dispositivos deste código assim às florestas como às demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade as terras que revestem".

O item 2, do § 1º do artigo 27, por sua vez, presume que o art. 16 do Código Florestal de 1965 (Lei 4.771/1965), antes das alterações da Lei Federal nº 7.803/1989, apenas exige a preservação de vinte por cento das florestas existentes nos imóveis rurais, e não de demais formas de vegetação arbórea nativa.

A interpretação harmônica e finalística da citada Lei nº 4.771/1965 era claramente extraída do seu artigo 1º, que dizia que:

"As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

geral e especialmente esta Lei estabelecem".

Aliás, a alínea "a" do artigo 16, fixadora do percentual de 20% aplicável ao Sudeste, falava em "cobertura arbórea", expressão não aplicável apenas a formações florestais.

No Estado de São Paulo sempre se entendeu que a reserva legal do Código Florestal de 1965, na sua redação original, não se limitava à cobertura florestal. Neste sentido, apontamos o artigo 1.º da Portaria DEPRN 03, de 17 de maio de 1986, que em seu artigo 1.º dispunha que:

"As autorizações para desmatamentos ou qualquer outra forma de exploração da vegetação arbórea nativa do Estado, só poderão ser expedidas pela DPRN deste Departamento, mediante manutenção da Reserva Florestal Obrigatória devidamente averbada à margem da matrícula do imóvel, com cláusulas de uso limitado".

O entendimento, portanto, era no sentido de que a reserva legal estendia-se a qualquer forma de vegetação arbórea nativa.

O artigo 2º da mesma Portaria dispunha que a reserva legal seria de, no mínimo, 50% do tamanho do imóvel, quando a cobertura florestal natural existente for considerada primitiva ou em estágio final de desenvolvimento e, de no mínimo 20% do tamanho do imóvel quando a cobertura florestal natural for secundária ou em estágio inicial ou intermediário de desenvolvimento.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Ademais, previu o artigo 67 da Lei Federal nº 12.651/12:

"Art. 67. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo."

Percebe-se que apenas os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuíam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12 – ou seja, 20% para o Estado de São Paulo – estariam autorizados a constituir Reserva Legal com área menor de vegetação ou, então, a não constituir, caso inexistente remanescente florestal aos 22 de julho de 2008. Todas as demais propriedades rurais, porém, devem respeitar o percentual de 20% de Reserva Legal.

Contudo, a lei estadual estende essa concessão para todos os tipos de vegetação, até a data de 1934, de forma diversa do previsto na Lei Federal nº 12.651/12.

Por mais que esse prazo limite seja muito antigo, a maior parte do interior paulista já havia sido desmatada nesse período, como consequência do ciclo do café.

Essa norma, portanto, isenta a maior parte dos proprietários rurais do Estado de São Paulo de recompor ou compensar a área de Reserva Legal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Para os ecossistemas não florestais (cerrado e campos) esse prazo é ampliado para 1989, fragilizando ainda mais o cerrado, que dos 18% originais restam, hoje, menos de 1% de área remanescente no Estado.

Há, ainda, uma agravante: a inviabilidade de aplicação da lei. Isso porque não havia imagens de satélite no período indicado no dispositivo legal e as estimativas disponíveis são muito grosseiras.

A diretriz adotada no artigo 27 da Lei Estadual nº 15.684/15 resulta de entendimento equivocado e já amplamente afastado pela doutrina e jurisprudência pátrias, no sentido de que as leis florestais e Código Florestal anteriores só seriam aplicáveis às florestas. Neste sentido:

"AMBIENTAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. DEBATE VIÁVEL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL NO CASO CONCRETO. QUEIMA DE PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR. PRÁTICA QUE CAUSA DANOS AO MEIO AMBIENTE. NECESSIDADE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS COMPETENTES.

1. O debate acerca da verossimilhança das alegações, na espécie, envolve questão puramente de direito (necessidade de prévia autorização de órgãos públicos para fins de queima de cana-de-açúcar), o que possibilita a abertura da via especial.

2. Segundo o art. 27, p. único, do Código Florestal, eventual emprego de fogo em práticas agropastoris ou florestais depende 66



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

necessariamente de autorização do Poder Público. Ausência de autorização relatada no acórdão recorrido.

3. Acórdão que entende pela inaplicabilidade do referido dispositivo ao caso concreto por acreditar que as plantações de cana-de-açúcar não se enquadram no conceito de "floresta".

4. A referência do legislador à expressão "demais formas de vegetação" não pode ser interpretada restritivamente, mas, ao contrário, deve ser compreendida de modo a abranger todas as formas de vegetação, sejam elas permanentes ou renováveis.

5. Inclusive, a leitura do art. 16 do Decreto n. 2.661/98, ao utilizar a expressão "método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita", deixa evidente que a previsão do art. 27, p. único, do Código Florestal abrange também as plantações de cana-de-açúcar.

6. No âmbito da Segunda Turma desta Corte Superior, no que se refere ao periculum in mora inerente à espécie, pacificou-se o entendimento segundo o qual a queimada de palha de cana-de-açúcar causa danos ao meio ambiente, motivo pelo qual sua realização fica na pendência de autorização dos órgãos ambientais competentes. Precedentes.

7. Recurso especial provido." (REsp 1179156 / PR,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ª turma, DJe  
27/04/2011)

Inexiste peculiaridade local a autorizar tamanho arrefecimento na proteção ambiental conferida à matéria, de forma que o artigo 27, § 1º, itens 1 e 2, da Lei Estadual n. 15.648/15, ofende o princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

VI. O artigo 35 da lei impugnada dispõe que:

(...)

Artigo 35 – O proprietário ou o possuidor do imóvel rural poderá alterar a localização da área de Reserva Legal no PRA, mediante aprovação do órgão ambiental competente.

§1º – A nova área de Reserva Legal proveniente da alteração a que se refere o “caput” deverá localizar-se no imóvel que continha a Reserva Legal de origem, em área com tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a área anterior, observados os critérios técnicos que garantam ganho ambiental, estabelecidos em regulamento.

A Lei Estadual nº 15.684/15 admite, em seu artigo 35, que reservas legais já especializadas, ou seja, que já tenham sido averbadas no registro imobiliário ou registradas no CAR, possam, em determinadas circunstâncias, ter a sua localização alterada.

A inovação confere tratamento distinto daquele lançado na Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Federal n. 12.651/12, mais especificamente seu artigo 18, que dispõe:

"Art. 18. A área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no CAR de que trata o art. 29, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei."

Se esse dispositivo não admite, fora das exceções contempladas na própria lei federal (como, por exemplo, a do artigo 19, referente à reserva legal de imóvel posteriormente inserido em área urbana, objeto de parcelamento para fins urbanos com registro aprovado), que a reserva legal especializada tenha sua destinação alterada nem mesmo nas hipóteses de transmissão ou desmembramento, é evidente que, fora dessas hipóteses, com maior razão não se pode tolerar a alteração de destinação.

A alteração da localização da reserva legal nada mais é que uma alteração de sua destinação, mudança vedada pela lei federal, razão pela qual o artigo 35, caput e § 1º, da Lei Estadual nº 15.684/15, nesse particular, extravasa a competência estadual suplementar da legislação federal (art. 24, § 2º, da CF), violando o princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental.

VII. O artigo 40 da lei impugnada prevê:

Artigo 40 - Nas áreas de ocupação antrópica consolidada em área urbana, fica assegurado o uso alternativo do solo previsto no inciso VI do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

artigo 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, respeitadas as áreas de preservação permanente previstas pela legislação em vigor à época da implantação do empreendimento.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito de construir em lotes oriundos de parcelamento do solo urbano registrado no Serviço de Registro de Imóveis competente, desde que respeitadas as Áreas de Preservação Permanente, exigidas pela legislação vigente na data da implantação do licenciamento ambiental e do registro do parcelamento do solo para fins urbanos, aprovado segundo a legislação específica.

O parágrafo único do artigo 40 da Lei Estadual nº 15.684/15 assegura ao particular o direito de, hoje, construir em lotes oriundos de parcelamento do solo urbano registrado no SRI, respeitando, contudo, as delimitações das Áreas de Preservação Permanente exigidas pela legislação vigente na data da implantação do licenciamento ambiental e do registro do solo para fins urbanos.

Isso significa, na contramão da história legislativa e jurisprudencial, verdadeiro reconhecimento do direito adquirido de degradar o meio ambiente, ripristinando o efeito de leis antigas já revogadas.

A Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal revogado) previu área de preservação permanente em sua redação original que, nos anos de 1986 e 1989, foi bastante ampliada em prol da defesa ambiental. Confira-se:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

"Redação original:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distancia entre as margens;

3 - de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.

Redação dada pela Lei Federal nº 7.511, de 07 de julho de 1986:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

1. de 30 (trinta) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;

2. de 50 (cinquenta) metros para os cursos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3. de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) metros de largura;

4. de 150 (cento e cinquenta) metros para os cursos d'água que possuam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) metros de largura; igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos)

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

Redação dada pela Lei Federal nº 7.803, de 18.7.1989:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a  $45^\circ$ , equivalente a 100% na linha de maior declive;
- f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
- h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- i) nas áreas metropolitanas definidas em lei.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo."

Portanto, o parágrafo único do artigo 40 da Lei Estadual nº 15.684/15, ao permitir a construção, hoje, em áreas consideradas de preservação permanente pela legislação ambiental em vigor, repristina leis já revogadas e afronta princípio básico do Direito Ambiental no sentido de que a ninguém é conferido o direito adquirido de degradar o meio ambiente.

De outra parte, afronta o princípio da segurança jurídica resultante da Proteção ao Direito Adquirido (art. 5º, XXXVI, da CF) da sociedade ao patamar mínimo de proteção ao meio ambiente, configurando verdadeiro retrocesso socioambiental (art. 225 da CF).

Ao permitir a intervenção em área de preservação permanente com fundamento em leis revogadas há décadas, a Lei Estadual nº 15.684/2015 atacou direito adquirido difuso à manutenção da área não degradada e/ou à recomposição de suas funções ecológicas primordiais (interesse de toda a sociedade na conservação de parâmetros mínimos de proteção ambiental).

O E. Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a inconstitucionalidade de intervenções em áreas de preservação permanente que impliquem degradação dos atributos que justificam sua proteção:

"MEIO AMBIENTE -- DIREITO À PRESERVAÇÃO  
DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225) --  
PRERROGATIVA QUALIFICADA POR  
SEU CARÁTER DE



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

METAINDIVIDUALIDADE -- DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVÍSSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE -- NECESSIDADE DE IMPEDIR QUE A TRANSGRESSÃO A ESSE DIREITO FAÇA IRROMPER, NO SEIO DA COLETIVIDADE, CONFLITOS INTERGERACIONAIS -- ESPAÇOS TERRITORIALMENTE PROTEGIDOS (CF, ART. 225, § 1º, III) -- ALTERAÇÃO E SUPRESSÃO DO REGIME JURÍDICO A ELES PERTINENTE -- MEDIDAS SUJEITAS AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE LEI -- SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE -- POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, AUTORIZAR, LICENCIAR OU PERMITIR OBRAS E/OU ATIVIDADES NOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS, DESDE QUE RESPEITADA, QUANTO A ESTES, A INTEGRIDADE DOS ATRIBUTOS JUSTIFICADORES DO REGIME DE PROTEÇÃO ESPECIAL -- RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA (CF, ART. 3º, II, C/C O ART. 170, VI) E ECOLOGIA (CF, ART. 225) -- COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS -- CRITÉRIOS DE SUPERAÇÃO DESSE ESTADO DE TENSÃO ENTRE VALORES CONSTITUCIONAIS RELEVANTES -- OS DIREITOS BÁSICOS DA PESSOA HUMANA E AS SUCESSIVAS GERAÇÕES (FASE OU DIMENSÕES) DE DIREITOS (RTJ 164/158, 160-161) -- A QUESTÃO DA PRECEDÊNCIA DO 76

Assinatura manuscrita em tinta preta, possivelmente de um membro da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

DIREITO À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE:  
UMA LIMITAÇÃO EXPLÍCITA À ATIVIDADE  
ECONÔMICA (CF, ART. 170, VI) – DECISÃO  
NÃO REFERENDADA – CONSEQÜENTE  
INDEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR." (STF,  
ADI 3540-1, Rel. Min. Celso de Mello).

Assim, não há como se afastar a incidência da lei vigente à época da construção para determinar as metragens da área de preservação permanente. Em outras palavras: se o pedido de autorização para construção é feito hoje, deve-se considerar as áreas de preservação permanente atualmente vigentes e não as estabelecidas em leis revogadas menos protetivas do meio ambiente, sob pena de ofensa ao princípio da vedação do retrocesso em matéria ambiental.

Existindo alteração legislativa superveniente ao pedido de licença para construção, que dê novos contornos à matéria ambiental, deverá o interessado – se entender conveniente – requerer perante o órgão administrativo responsável, agora sob novo fundamento, a autorização para construir.

Nesse sentido já se posicionou o E. Tribunal de Justiça de São Paulo, o E. Superior Tribunal de Justiça e o E. Supremo Tribunal Federal:

"APELAÇÃO DIREITO AMBIENTAL  
CONSTRUÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO  
PERMANENTE EM DESACORDO COM NORMAS  
AMBIENTAIS. Inexistência de direito adquirido.  
A localização do imóvel em área urbana não  
obsta a incidência do Código Florestal, em  
certos casos. Obras realizadas com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

afronta aos termos constitucionais e legais vigentes à época dos fatos. A regularidade das obras deve observar as normas incidentes ao tempo de sua realização. Insuficiência e extemporaneidade das licenças ambientais obtidas pelo recorrente. Legitimidade dos agentes estatais para a lavratura dos autos de infração ambientais e embargo de obras em razão do Poder de Polícia Estatal. Descabimento do pleito indenizatório, pois eventuais prejuízos patrimoniais decorreram exclusivamente da conduta do apelante. A retirada da construção não foi objeto deste feito. Sentença mantida. (TJ/SP, 1ª Câmara Extraordinária de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Apelação sem revisão nº 0.076.510-26.2001.8.26.0000, Relator Desembargador José Luiz Germano, Apelante: Renato Monteiro, Apelada: Fazenda do Estado de São Paulo, Comarca de origem: Santos, julgamento aos 19/08/2014, v.u.)

ADMINISTRATIVO – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA – REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEL URBANO – DIREITO DE PROTOCOLO – ALTERAÇÃO SUPERVENIENTE DA LEGISLAÇÃO – EFEITOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO – RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO. 1. CONTROVÉRSIA. Sobre a existência de direito adquirido a regime jurídico fundado em lei revogada, quando o  
78  
suposto titular apresentara mero



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

requerimento administrativo. 2. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. O conceito de direito adquirido, instituto sediado na Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXVI, CF/1988), encontra densidade discursiva no direito infraconstitucional, especificamente o art. 6º, § 2º, LICC, que assim considera o direito exercitável sem limite por termo pré-fixo ou condição pré-estabelecida inalterável ao arbítrio de outrem. 3. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO DIREITO ADQUIRIDO. Observado o critério proposto na obra de Francesco Gabba, o recorrente não tem direito adquirido a regime jurídico, porquanto: a) não possuía, à época do requerimento, todas as condições necessárias para o implemento do direito à regularização imobiliária, porque seu requesto demandava, além de outros aspectos, o placet do órgão administrativo, verdadeiro requisito de eficácia do direito a que almejava; b) a superveniente alteração legislativa esvaziou sua pretensão, antes do preenchimento dos requisitos plenos, necessários à aquisição do direito; c) a nova lei suprimiu a possibilidade de concessão de eficácia ao que pretendia o requerente, na medida em que impediu seu reconhecimento jurídico, o que tornou impossível a constituição do próprio direito. 4. EFEITOS DO "DIREITO DE PROTOCOLO" NO CASO CONCRETO. Nesta espécie, não há como se resguardar o "direito de protocolo", ou seja, o direito à aplicação, durante 79



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

todo o processo administrativo, do regime jurídico existente no momento do protocolo da petição inicial, na forma como deseja o recorrente. Precedente do STF. 5. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A legislação originária, sob a qual se fundava o protocolo do recorrente, foi escoimada de ilegal e inconstitucional. Esses foram os fundamentos da ação civil pública movida pelo Ministério Público de São Paulo. A severidade dessa increpação foi tamanha que o Município, ora recorrido, não mais deu sequência ao procedimento do recorrente e, momentos depois, revogou os atos normativos impugnados. Recurso ordinário improvido. (STJ, Recurso em Mandado de Segurança nº 27.641 - SP (2008/0186468-4), Relator Ministro Humberto Martins, julgamento aos 02/10/2008)

AMBIENTAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE FORA DAS HIPÓTESES RESTRITIVAMENTE TRAÇADAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA VÁLIDA. NORMAS AMBIENTAIS. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE. DEVER DE REPARAÇÃO DO AGENTE CAUSADOR DO DANO AMBIENTAL. PRESSUPOSTOS PRESENTES NO CASO EM CONCRETO. RECURSO ESPECIAL





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

PROVIDO. 1. Na origem, trata-se de ação civil pública ambiental interposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em face da parte ora recorrida cujo objeto é a ilegalidade da supressão da área de preservação permanente em face da construção de imóvel na margem do Rio Ivinhema/MS. Antes de se adentrar ao mérito, cumpre fazer, então, a análise das questões preliminares suscitadas em contrarrazões do recurso especial.

2. Preliminares de perda de objeto em virtude da revogação do antigo Código Florestal e alegação de conexão com outro processo de relatoria do Exmo. Sr. Ministro Benedito Gonçalves rejeitadas. 3. Do mérito: De acordo com o Código Florestal brasileiro (tanto o de 1965, como o atual, a Lei 12.651, de 25.5.2012) e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), a flora nativa, no caso de supressão, encontra-se uniformemente protegida pela exigência de prévia e válida autorização do órgão ambiental competente, qualquer que seja o seu bioma, localização, tipologia ou estado de conservação (primária ou secundária). Além disso, em se tratando de área de preservação permanente, a sua supressão deve respeitar as hipóteses autorizativas taxativamente previstas em Lei, tendo em vista a magnitude dos interesses envolvidos de proteção do meio ambiente. Precedentes do STF (no âmbito da ADI nº 3.540/DF - medida cautelar) e do STJ (RESp 176.753/SC, Rel. 81

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um magistrado ou advogado, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Ministro HERMAN BENJAMIM, SEGUNDA TURMA, julgado em 7.2.2008, DJe 11.11.09). 4. No caso em concreto, da análise do acórdão ora recorrido exsurge a presença dos seguintes elementos que se tornaram incontroversos para a análise ora realizada, quais sejam: (a) houve a construção de empreendimento em área de preservação permanente, a qual, segundo expressamente afirmado pelo acórdão recorrido, causou a supressão da vegetação local; (b) esta conduta foi praticada sem autorização válida, vez que a Licença de Operação nº 12/2008 teria sido expedida em desacordo com a legislação ambiental pertinente; e, (c) ainda com a nulidade da Portaria, tal circunstância não pode não afetar àqueles que já haviam realizado edificações na área em questão. 5. Note-se que a análise destas premissas não implicam no revolvimento do conjunto fático e probatório constante dos autos, uma vez que, tão somente, foi realizada reavaliação da prova, o que é permitido na via recursal sem que haja a incidência da Súmula 7/STJ. Neste sentido, o seguinte precedente: REsp 1264894/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 09/09/2011. 6. Diferentemente do que entendeu o acórdão ora recorrido, não há como legitimar a conduta da parte ora recorrida tendo em vista a ausência de previsão legal autorizativa para tanto. A justificativa 82



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

utilizada pelo Tribunal a quo para determinar a manutenção da parte recorrida na localidade - inviabilidade de se prejudicar àqueles que apoiado na sua validade ou legalidade realizaram benfeitorias ou edificações na localidade - também não encontra respaldo na ordem jurídica vigente. 7. Isso porque, sendo a licença espécie de ato administrativo autorizativo submetido ao regime jurídico administrativo, a sua nulidade implica que dela não pode advir efeitos válidos e tampouco a consolidação de qualquer direito adquirido (desde que não ultrapassado o prazo previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/99, caso o beneficiário esteja de boa fé). Vale dizer, declarada a sua nulidade, a situação fática deve retornar ao estado ex ante, sem prejuízo de eventual reparação civil do lesado caso presentes os pressupostos necessários para tal. Essa circunstância se torna ainda mais acentuada tendo em vista o bem jurídico tutelado no caso em tela, que é o meio ambiente, e a obrigação assumida pelo Estado brasileiro em diversos compromissos internacionais de garantir o uso sustentável dos recursos naturais em favor das presentes e futuras gerações. 8. Além do mais, as restrições impostas ao exercício de atividades econômicas bem como de ocupação em áreas de preservação permanente seguem o regime jurídico das limitações administrativas, espécie de intervenção do Estado na

83



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

propriedade que promove restrições nos poderes advindos do seu domínio exercido sobre a coisa, e não a sua supressão. Assim, em tese, fica afastada a justificativa utilizada pelo Tribunal a quo de que tal medida acarretaria na perda da propriedade por meio de desapropriação, sendo que, caso tal fato jurídico de fato ocorra, o ordenamento dispõe de meios hábeis a tutelar eventuais interesses legítimos por parte do titular do direito de propriedade. 9. Quanto ao pedido de indenização formulado para parte ora recorrente, foi reconhecida a prática de ato ilícito pela parte ora recorrida em face do meio ambiente, é de se observar que os elementos da responsabilidade civil por dano ambiental bem como as medidas de reparação dos danos ambientais causados pela parte ora recorrida foram estabelecidos na sentença proferida pelo Juízo de 1º grau, devendo a mesma ser restaurada em sua integralidade, nos termos requeridos pela parte ora recorrente. 10. Recurso especial provido, com a determinação de que sejam extraídas cópias dos presentes autos e a remessa delas ao Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul para apuração de eventual prática de ato de improbidade administrativa ambiental. (STJ, Recurso Especial nº 1.362.456 - MS (2013/0007693-0), Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Recorrente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Recorrido: Darci Vieira de Barros)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS. SUPERVENIÊNCIA DE LEI (LEI Nº 6.978/95, ART. 4º, § 1º) EXIGINDO DISTÂNCIA MÍNIMA DE DUZENTOS METROS DE ESTABELECIMENTOS COMO ESCOLAS, IGREJAS E SUPERMERCADOS. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 1º, IV; 5º, XIII E XXXVI; 170, IV E V; 173, § 4º, E 182 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Incisos XXII e XXIII do artigo 5º não prequestionados. Requerimento de licença que gerou mera expectativa de direito, insuscetível -- segundo a orientação assentada na jurisprudência do STF --, de impedir a incidência das novas exigências instituídas por lei superveniente, inspiradas não no propósito de estabelecer reserva de mercado, como sustentado, mas na necessidade de ordenação física e social da ocupação do solo no perímetro urbano e de controle de seu uso em atividade geradora de risco, atribuição que se insere na legítima competência constitucional da Municipalidade. Recurso não conhecido.

(STF, Primeira Turma, Recurso Extraordinário 235736 / MG, Relator Ministro Ilmar Galvão, julgamento: 21/03/2000, DJ 26-05-2000 pp-00034, Ement vol.-01992-03 pp-00549, RTJ vol-00180-03 pp-01144P).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO.  
CIVIL. DIREITO DE CONSTRUIR.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. I. - O direito de edificar é relativo, dado que condicionado à função social da propriedade: C.F., art. 5º, XXII e XXIII. Inocorrência de direito adquirido: no caso, quando foi requerido o alvará de construção, já existia a lei que impedia o tipo de imóvel no local. II. - Inocorrência de ofensa aos §§ 1º e 2º do art. 182, C.F. III. - Inocorrência de ofensa ao princípio isonômico, mesmo porque o seu exame, no caso, demandaria a comprovação de questões, o que não ocorreu. Ademais, o fato de ter sido construído no local um prédio em desacordo com a lei municipal não confere ao recorrente o direito de, também ele, infringir a citada lei. IV. - R.E. não conhecido. (STF, Segunda Turma, Recurso Extraordinário 178836 / SP, Relator Ministro Carlos Velloso, julgamento: 08/06/1999, DJ 20-08-1999 pp-00044 Ement vol -01959-02 pp-00202)

LOTEAMENTO URBANO. APROVAÇÃO POR ATO ADMINISTRATIVO, COM DEFINIÇÃO DO PARCELAMENTO. REGISTRO IMOBILIÁRIO. Ato que não tem o efeito de autorizar a edificação, faculdade jurídica que somente se manifesta validamente diante de licença expedida com observância das regras vigentes à data de sua expedição. Caso em que o ato impugnado ocorreu justamente no curso do processamento do pedido de licença de construção, revelando que não dispunha a recorrida, ainda, da faculdade de construir, inerente ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

direito de propriedade, descabendo falar-se em superveniência de novas regras a cuja incidência pudesse pretender ela estar imune. Da circunstância de plantas do loteamento haverem sido arquivadas no cartório imobiliário com anotações alusivas a índices de ocupação não decorre direito real a tais índices, à ausência não apenas de ato de aprovação de projeto e edificação, mas, também, de lei que confira ao registro tal efeito. Legitimidade da exigência administrativa de adaptação da proposta de construção às regras do Decreto nº 3.046/81, disciplinador do uso do solo, na área do loteamento. Recurso conhecido e provido. (STF, Primeira Turma, Recurso Extraordinário 212780 / RJ, Relator Ministro Ilmar Galvão, julgamento 27/04/1999, DJ 25-06-1999 pp-00030 Ement vol-01956-06 pp-01145)

(...)

VIII. O artigo 43 da lei impugnada dispõe:

Artigo 43 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 9.989, de 22 de maio de 1998 e a Lei nº 12.927, de 23 de abril de 2008.

Reconhecida como uma norma legal de vanguarda, a Lei “Ivan Valente” significou verdadeira fonte de proteção ambiental no nosso Estado frente aos retrocessos operados pela entrada em vigor da Lei Federal nº 12.651/12.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Este E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vinha, inclusive, lançando mão da referida Lei Estadual nº 9.989/98, mais protetiva do meio ambiente, para afastar a incidência da Lei Federal, menos protetiva. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Omissão. Pré-questionamento. LF nº 12.651/12. 1. Omissão. Configura-se a omissão quando o acórdão não aprecia questão que devia apreciar. Não há omissão quando o acórdão examina as questões e fundamentos necessários à solução da controvérsia, deixando de lado questões irrelevantes, implicitamente rejeitadas ou que, pela natureza, não permitem apreciação nesse momento do processo. No entanto, é adequado que se examinem os reflexos trazidos pela LF nº 12.651/12 que deu nova disciplina à questão ambiental. 2. LF nº 12.651/12. Entorno de reservatórios de água. O art. 4º III manteve a área de preservação permanente no entorno de lagos, lagoas e reservatórios de água naturais ou artificiais, conforme indicado na licença ambiental; na ausência da indicação, prevalecem as normas anteriores não conflitantes, entre elas a Resolução CONAMA nº 4/85 e 302/02. O art. 62, disposição transitória que cuida das áreas consolidadas em área de preservação permanente, reduz a área de proteção no entorno dos reservatórios de água em áreas rurais em que exista ocupação antrópica anterior a 22-7-2008 com edificações, benfeitorias ou atividades.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

agrossilvipastoris; protege as áreas em que há exploração rural, não as áreas a se deu uso urbano (ranchos de lazer). O art. 62 não tem aplicação ao caso dos autos, mantido o acórdão por aplicação da lei anterior, não alterada pelo art. 4º da lei nova. 3. LE nº 9.989/98. Competência comum. O art. 24 VI da Constituição Federal atribui competência comum aos entes federativos para legislar sobre o meio ambiente; ainda que se entenda que a lei federal reduziu ou eliminou a área de proteção no caso dos autos, o réu continua obrigado a recompor a vegetação no entorno da represa com base no art. 1º da LE nº 9.989/98. Embargos recebidos para suprimento da omissão, sem alteração do resultado, mas com observação. (TJ/SP, 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Relator Des. Torres de Carvalho, Embargos de Declaração nº 3005317-61.2010.8.26.0103/50001 9, Embgte: Francisco Ricardo Lobo e Silva, Embgdo: Ministério Público, Origem: 1ª Vara Cível (Caconde) Proc. nº 1.264/10 ou 515/10).

Enfim, a revogação expressa da Lei Estadual nº 9.989/98, mais protetiva na defesa do meio ambiente, configura verdadeiro retrocesso socioambiental no Estado de São Paulo, padecendo, pois, de inconstitucionalidade.

Desta forma, o retrocesso verificado contrapõe-se à ideia de ampla proteção voltada à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito este plasmado no art. 191



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

da Constituição Estadual e que confere legitimidade ao primado da vedação ao retrocesso extraída do próprio texto magno, sendo imperiosa, portanto, a declaração de inconstitucionalidade da legislação atacada, a fim de que seus efeitos maléficos sejam interrompidos.

Por fim, imperioso destacar que a questão *sub judice* não representa ofensa indireta ou reflexa ao texto constitucional, como poderiam sustentar futuramente os requeridos, a fim de desqualificar a presente demanda, porquanto a ofensa perpetrada pelo diploma objurgado viola de forma direta e inconteste o art. 191 da Carta Bandeirante, e, por conseguinte, o princípio constitucional da vedação ao retrocesso sócio ambiental, haja vista os efeitos maléficos que seus dispositivos causaram ao sistema ambiental.

### 3. DOS PEDIDOS

#### a. DO PEDIDO LIMINAR

À sociedade demonstrado o *fumus boni iuris*, pela ponderabilidade do direito alegado, soma-se a ele o *periculum in mora*. A atual tessitura dos preceitos legais, apontados como violadores de princípios e regras da Constituição do Estado de São Paulo é sinal, *de per si*, para suspensão de sua eficácia até final julgamento desta ação, evitando-se novas ou maiores degradações ao meio ambiente.

Está claramente demonstrado que o ato normativo impugnado é inconstitucional por violação do princípio da vedação ao retrocesso ambiental e ausência de participação popular na elaboração da normativa vergastada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

O perigo da demora decorre, especialmente, da ideia de que, sem a imediata suspensão da vigência e da eficácia da disposição normativa questionada, subsistirá a sua aplicação. Nas áreas albergadas pelo diploma em testilha poderão ser admitidas ocupações e usos incompatíveis com a relevância e importância ambiental do local, que poderá ser degradado em prejuízo da coletividade, que necessita desse ambiente para a manutenção da sadia qualidade da vida humana.

Basta lembrar que muitos danos ambientais são de difícil, senão de impossível recuperação, guardando relevância para a apreciação da necessidade da concessão da liminar na ação direta de inconstitucionalidade.

Assim, a imediata suspensão da eficácia das normas impugnadas evitará a ocorrência de maiores prejuízos, além dos que já eventualmente se verificaram.

De resto, ainda que não houvesse essa singular situação de risco, restaria, ao menos, a excepcional conveniência da medida.

Com efeito, no contexto das ações diretas e da outorga de provimentos cautelares para defesa da Constituição, o juízo de conveniência é um critério relevante, que vem condicionando os pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, preordenados à suspensão liminar de leis aparentemente inconstitucionais (cf. ADIN-MC 125, j. 15.2.90, DJU de 4.5.90, p. 3.693, rel. Min. Celso de Mello; ADIN-MC 568, RTJ 138/64; ADIN-MC 493, RTJ 142/52; ADIN-MC 540, DJU de 25.9.92, p. 16.182).

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Subprocurador-Geral de Justiça Jurídica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

À luz deste perfil, requer-se a concessão de liminar para a suspensão, até o final e definitivo julgamento desta ação da Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015.

**b. DO PEDIDO PRINCIPAL**

Diante de todo o exposto, aguarda-se o recebimento e processamento da presente ação declaratória, para que ao final seja ela julgada procedente, com o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, por violação aos artigos 1º (invasão da competência normativa da União, na forma do artigo 24, VI, §§ 1º e 2º, da CF) 180, II e 191 da CE/89 e ao princípio da vedação ao retrocesso em matéria ambiental.

Requer-se ainda que sejam requisitadas informações ao Governador do Estado de São Paulo e ao Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, bem como posteriormente citado o Procurador-Geral do Estado para manifestar-se sobre o ato normativo impugnado.

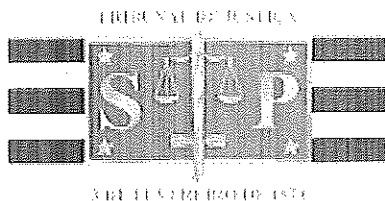
Posteriormente, aguarda-se vista para fins de manifestação final.

Termos em que,

Aguarda-se deferimento.

São Paulo, 24 de abril de 2016.

  
Gianpaolo Poggio Smanio  
Procurador-Geral de Justiça



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INICIAL - SEGUNDO GRAU**

**Dados Básicos**

Tribunal de Justiça:	Tribunal de Justiça
Seção:	Órgão e Câmara Especial
Processo:	21008507220168260000
Classe do Processo:	Direta de Inconstitucionalidade
Assunto principal:	Inconstitucionalidade Material
Data/Hora:	18/05/2016 19:11:30

**Partes**

Autor:	Ministério Público do Estado de São Paulo
--------	--

**Documentos**

Petição*:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO_parte_1.pdf
Petição*:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO_parte_2.pdf
Petição*:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO_parte_3.pdf
Petição*:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO_parte_4.pdf
Petição*:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO_parte_5.pdf
Documento 1:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC1_parte_1.pdf
Documento 1:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC1_parte_2.pdf
Documento 1:	ADINI-53035-15_25-04- 16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC1_parte_3.pdf

Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_5.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_6.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_7.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_8.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_9.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_10.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_11.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_12.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_13.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_14.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_15.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_16.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_17.pdf
Documento 2:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC2_parte_18.pdf
Documento 3:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC3_parte_1.pdf
Documento 3:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC3_parte_2.pdf
Documento 3:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC3_parte_3.pdf
Documento 3:	ADINI-53035-15_25-04-16#aaamj-ESTADO DE SÃO PAULO-DOC3_parte_4.pdf

Documento 4:

ADINI-53035-15\_25-04-  
16#aaamj-ESTADO DE SÃO  
PAULO-DOC4\_parte\_8.pdf

Documento 4:

ADINI-53035-15\_25-04-  
16#aaamj-ESTADO DE SÃO  
PAULO-DOC4\_parte\_9.pdf

Documento 4:

ADINI-53035-15\_25-04-  
16#aaamj-ESTADO DE SÃO  
PAULO-DOC4\_parte\_10.pdf



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Protocolado nº 053.035/15

Interessado: Luis Fernando Rocha e outros

Assunto: inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015.

1. Distribua-se a petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015.
2. Oficie-se aos representantes informando a propositura da ação, com cópia da petição inicial.

São Paulo, 25 de abril de 2016.

Gianpaolo Poggio Smanio  
Procurador-Geral de Justiça

aaamj  
bfs